

# Brasil: uma nação de credores

Marcos de Aguiar Jacobsen

O Deputado Antonio Delfim Neto, na semana passada, subiu à tribuna e atacou com rigor a emenda que, instantes depois, tabelaria os juros reais no país: "Este é um plenário de tomadores de dinheiro, que não entende nada de juros", disparou. Esta frase do ex-ministro, tomada isoladamente, simboliza a idéia disseminada no país, e não apenas na Constituinte, de que o Brasil é formado em sua maioria por tomadores de dinheiro, por devedores.

Nada mais equivocado. Este é, na verdade, um país de credores. A grande maioria da população brasileira, com o pagamento de impostos e suas poupanças, tem sido a principal fonte de financiamento de um governo, com insaciável apetite, por um lado, e dos empresários, com suas constantes dificuldades financeiras, por outro. É credor nos depósitos de cadernetas de poupança, no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no PIS, no Pasep, nos depósitos à vista e nos empréstimos compulsórios que engordam o equivocado Fundo Nacional de Desenvolvimento. Através destas contas, os brasileiros têm basicamente emprestado sua poupança, fruto de anos de trabalho e vida honesta.

Na verdade credores, quando se julgam devedores, os poupadores brasileiros têm também a peculiaridade de não ter qualquer controle sobre o destino da sua poupança. O Estado brasileiro, premido por seu monumental déficit, além de inadimplente com suas obrigações sociais, montou no país um emaranhado de mecanismos que têm nos últimos anos drenado algo como 70% da poupança nacional para sanar seus desacertos fiscais.

Através dos recolhimentos compulsórios sobre os depósitos à vista e de poupança, da captação direta em títulos públicos, dos depósitos voluntários das sociedades de crédito imobiliário no Banco Central, dos depósitos regulamentados pelo Resolução 1280 e outras formas de captação voluntária ou compulsória, o Estado tem se mantido na confortável situação de ser o detentor do monopólio da poupança financeira barata no país.

Sem os poderosos instrumentos do Estado, os empresários têm competido pelos restantes 30% dos recursos disponíveis na economia. Os pequenos e médios empresários brasileiros, responsáveis pelo emprego de aproximadamente de 70% da mão-de-obra do país, têm certamente e acertadamente muitas queixas quanto às altas taxas de juros. Afinal, dependem excessivamente do crédito bancário e têm que disputar com empresas mais fortes e capitalizadas a fatia do bolo que ainda resta fora do controle do Estado, pressionando as taxas para cima, devido à procura maior do que a oferta.

Se as taxas são altas, isto em grande parte se deve ao Estado, sócio majoritário do sistema financeiro nacional e dono, com seus bancos, de 53% dos depósitos totais e mais da metade do patrimônio líquido do sistema.

Por qualquer ângulo que se veja a questão fica claro que, mesmo sendo um capítulo da futura Constituição, o sistema financeiro representa hoje o ponto central do problema brasileiro. Consciente disso, a Andima tem insistido na necessidade de reformulação do sistema financeiro nacional como passo primei-

ro e indispensável para mudança de todo o setor produtivo. Dívida pública e *overnight*, como tem sido feito no Brasil, não fazem o país crescer. E não é mera coincidência o fato de que a partir de 1980, quando o déficit fugiu do controle, e o Estado avançou sobre a poupança nacional, o país parou de crescer. Nos últimos sete anos, a indústria cresceu 17,7% e a população 20%. Portanto, a geração de empregos na indústria não tem conseguido sequer acompanhar o aumento vegetativo da mão-de-obra do país.

Se o diagnóstico da crise é conhecido, conhecidos também são os remédios. Ao lado de um vigoroso programa de privatização e desestatização da economia brasileira é preciso se viabilizar outras soluções para o mesmo problema. É indispensável, por exemplo, um eficiente programa de incentivo à democratização do capital que atraia os poupadores para a participação acionária e lance as bases no país de um capitalismo societário, que substitua o atual capitalismo financeiro. De uma vez por todas, é preciso que o poupador-credor assuma o papel de sócio do crescimento e do progresso. Mas esta democratização não será feita com êxito apenas através das bolsas, que falam por não mais que 600 empresas de todo o universo de milhares de empresas brasileiras.

É indispensável que as pequenas e médias empresas possam ser capitalizadas através de mecanismos mais ágeis e baratos, como o mercado de balcão de ações e o lançamento de debêntures. Só com um amplo e eficiente sistema de acesso dessas empresas ao mercado de capitais poderemos ter um regime de mercado sadio e vigoroso, que permita aos empregados participar societariamente dos meios de produção, acarretando em um estágio mais avançado o ingresso de mais empresas nas Bolsas.

A decisão da Constituinte de tabelar os juros em 12% reais ao ano assustou o Brasil, mas não nos pegou de surpresa. A Andima já previa uma decisão deste tipo. Não que a postulamos. Mas achamos que mesmo equivocada esta decisão é uma consequência natural das distorções com as quais o sistema financeiro do país tem convivido. Em vez de apontar a decisão da Constituinte como sandice e contribuir para o enfraquecimento do processo democrático brasileiro, a Andima tem preferido ir mais fundo no problema e verificar as causas de decisões como estas, fruto da inquietação da sociedade com um sistema que ela não controla e que não a beneficia.

Se confirmado na Constituinte, o tabelamento terá óbvias e graves consequências para a economia brasileira. Mas, mais importante que acusar a Constituinte de deliberar no sentido contrário do que ensina o bom senso, é se perguntar: o que é afinal o sistema brasileiro? O deputado Fernando Gasparian sabe que não vai ser através da Constituição que se vai resolver o problema de dar racionalidade ao nosso sistema econômico.

Para isso, precisamos de um amplo debate entre governo, sistema financeiro e o setor produtivo para o encontro de um novo desenho do mercado financeiro, que elimine os cartórios, mexa com os privilégios privados e estatais e leve em conta o beneficiário final, a sociedade brasileira

Marcos de Aguiar Jacobsen é presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto — ANDIMA

JORNAL DO BRASIL

26 MAI 1988